

PACOTE PRÓ-EMPREGO: as medidas contra o desemprego anunciadas pelo ministro do Trabalho, Edward Amadeo, ainda dependem de estudos técnicos (demissão temporária e redução do FGTS em troca da garantia de emprego) ou precisam de aprovação do Congresso (fim da unicidade e da contribuição sindical e extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho), para entrar em vigor.

IPI: o Ministério da Fazenda reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis em 7 pontos percentuais até as eleições,

mas depois vai elevá-lo em 2 pontos até o fim do ano e em mais 2 pontos a partir de 1999. Até agora, as montadoras foram muito mais beneficiadas do que o consumidor.

IOF: A Fazenda reduziu a alíquota do Imposto sobre Operações Financeira (IOF), de 15% para 6%, com o objetivo de tornar o crédito mais barato. No máximo, até as eleições, a medida permitirá apenas a negociação de prestações atrasadas.

COMBUSTÍVEIS: O Ministério de Minas e Energia anunciou o alinhamen-

to dos preços internos dos combustíveis aos valores do mercado internacional. A curto prazo, a tendência é a redução dos preços, mas isso pode mudar de acordo com a oscilação do cenário externo. Os preços podem também aumentar.

PRIVATIZAÇÃO: Depois de muita discussão, o governo decidiu usar todo o dinheiro obtido com o leilão do Sistema Telebrás na redução da dívida pública. Com isso, a conta de juros será menor. A saída de consenso foi usar parte dessa economia com juros em

investimentos na área social, uma intenção apenas anunciada.

DÉFICIT: O Banco Central decidiu deixar de divulgar o resultado do déficit nominal acumulado em 12 meses, que chegaria a 7% do PIB, para anunciar apenas o déficit acumulado no ano, que foi de 6,52% do PIB entre janeiro e maio.

TARIFAS: O Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) inauguraram uma rodada de redução de tarifas entre os bancos, que depois foi acompanhada pelas instituições privadas.

Recandidatura traz benefícios

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA - A recandidatura sem desincompatibilização está beneficiando mais do que prejudicando a campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao contrário da impressão causada pelo licenciamento dos governadores de São Paulo e Rio Grande do Sul, à procura de mais liberdade para fazer campanha. A conclusão é dos coordenadores do comitê de reeleição do presidente, após o primeiro mês da campanha.

Como presidente, Fernando Henrique não precisa viajar tanto nem se desdobrar em inúmeros comícios como os demais candidatos: já é conhecido nacionalmente e cada passo seu é registrado diariamente pela mídia, o que lhe proporciona, na prática, fazer campanha 24 horas por dia. Além disso, a Lei Eleitoral permite que Fernando Henrique usufrua de toda a estrutura da Presidência da República para se reeleger.

Um dos benefícios da recandida-

tura no cargo foi verificado, na semana passada, pelos coordenadores da campanha de Fernando Henrique na viagem ao Ceará. Em um só dia, ele fez 11 pousos e decolagens no Boieng presidencial e no helicóptero da Presidência. "Difícilmente um candidato, mesmo com muito dinheiro, conseguiria fazer isso. Para nós fica muito mais fácil porque ele é presidente e, portanto, tem prioridade no espaço aéreo. Basta pagarmos a viagem e ele pode pousar e decolar quantas vezes quiser", constata um dos coordenadores da campanha.

Mas se há vantagens com a reeleição, as desvantagens também pesam na campanha de Fernando Henrique. Em julho de 1994, quando era candidato à presidência, Fernando Henrique concedia, em média, 36 entrevistas semanais a rádios de todo o Brasil. Em julho deste ano, o presidente não deu nenhuma entrevista para as rádios, apesar dos mais de 50 pedidos. Motivo: além de temer as acusa-

ções do uso da máquina e do cargo, Fernando Henrique não dispõe de tempo; tem que governar o país.

Por isto, os coordenadores da reeleição resolveram centrar a campanha na figura do presidente. Já constataram, por pesquisas, que a população gosta de ver mais Fernando Henrique como presidente do que como candidato. E, como presidente, ele tem facilidade em aparecer diariamente, seja recebendo o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, seja viajando para o interior do país para fazer comércio.

"É uma impossibilidade real separar a figura de qualquer candidato à reeleição do cargo por ele ocupado e ao qual deseja ser reconduzido. Essa é uma associação irrefutável, que se tem que admitir e aceitar", constata o ministro Fernando Neves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "A candidatura à reeleição, sem desincompatibilização, não dispensa o titular do mandato eletivo de nenhuma das atividades inerentes as suas atribui-

ções legais", completa o ministro do TSE, Edson Vidigal.

Apesar da Justiça Eleitoral ter decidido até agora sempre a favor de Fernando Henrique, os coordenadores da reeleição procuram tomar extremos cuidados para evitar as acusações do uso da máquina pública na campanha. As viagens de Fernando Henrique, sejam presidenciais ou de candidato, são todas pagas pelo seu partido, o PSDB, desde 20 de junho, quando foi escolhido oficialmente candidato à reeleição. Neste período, Fernando Henrique percorreu como presidente e candidato cerca de 25 mil quilômetros, visitando dez estados e 18 localidades.

Na avaliação dos assessores do presidente, a campanha eleitoral ainda não decolou - e provavelmente não vai esquentar muito mais - porque, com a estabilidade econômica, não há motivos para os eleitores se lançarem apaixonadamente na campanha presidencial com antecedência.